



ÍNDICE

I	NOTA INTRODUTÓRIA	2
II	Políticas	2
II.1	Medidas de Política em 2014	2
II.1.1	Relações Bilaterais e Multilaterais	2
II.1.2	Diplomacia Económica	5
II.1.3	Lusofonia e as Comunidades Portuguesas.....	6
II.2	Reorganização do Ministério – Balanço de 2013.....	7
II.3	Medidas para 2014	9
III	Despesa Consolidada	12
IV	Orçamento de Funcionamento e de Investimento.....	14
V	Despesas por Classificação Económica	16
V.1	Despesas Intermédias	17
VI	Evolução das despesas do MNE	18
VII	Rede Externa	20
VIII	Recursos Humanos	22



I NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2014.

II POLÍTICAS

A política externa, como instrumento de afirmação de Portugal no Mundo, desenvolve-se em torno de três grandes eixos de intervenção:

- Relações bilaterais e multilaterais
- Diplomacia económica
- Lusofonia e as Comunidades Portuguesas

II.1 Medidas de Política em 2014

II.1.1 Relações Bilaterais e Multilaterais

No contexto da participação de Portugal no processo de construção europeia, a atuação do Governo será marcada pela defesa dos princípios fundamentais da coesão e solidariedade entre os Estados-membros, bem como pelo reforço do método comunitário, destacando-se a intervenção nas seguintes áreas:

1. Redefinição, em curso, da governação económica europeia, designadamente no que diz respeito à construção de um quadro orçamental, económico e financeiro integrado;
2. Finalização do processo de negociação com a Comissão Europeia do Acordo de Parceria para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, corolário da negociação do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020;
3. Acompanhamento de instrumentos de política relevantes associados ao novo Quadro Financeiro Plurianual, como a nova iniciativa Comissão Europeia/Banco Europeu de Investimento para financiamento das PME e a Iniciativa Emprego Jovem;
4. Aprofundamento do mercado interno europeu, com destaque para os sectores que apresentam maior potencial de crescimento, designadamente, energia, transportes, telecomunicações e mercado digital;



5. Consolidação das relações da União Europeia com os parceiros estratégicos e reforço das relações com países emergentes, participando ativamente na preparação dos mecanismos de diálogo existentes;
6. No âmbito da Política Comercial Comum, procurando uma efetiva abertura de mercados, com especial atenção à negociação da Parceria Transatlântica para o Comércio e o Investimento, dinamizando, a nível nacional, o diálogo e a participação ativa dos agentes relevantes;
7. Implementação da Política Europeia de Vizinhança renovada, concedendo particular importância ao relacionamento com os países mediterrânicos;
8. Acompanhamento de questões institucionais, em particular as eleições para o Parlamento Europeu, o processo de nomeação da nova Comissão Europeia e do novo Presidente do Conselho Europeu;
9. Promoção da presença de cidadãos nacionais nas instituições e organismos da União Europeia.

Em paralelo com a participação ativa no contexto das instituições europeias, Portugal empenhar-se-á nas organizações internacionais multilaterais, com destaque para as seguintes prioridades:

1. No âmbito das Nações Unidas, continuar a contribuir, de forma construtiva, para a tomada de decisões no quadro da manutenção da paz e da segurança internacionais;
2. Contribuir para a definição e implementação da política de direitos humanos no quadro da União Europeia e das Nações Unidas, intensificando, em 2014, a promoção da candidatura portuguesa a membro do Conselho de Direitos Humanos, no triénio 2015-2017;
3. No âmbito da NATO, manter uma presença empenhada e uma contribuição operacional relevante, prosseguindo, a nível nacional, a execução das decisões relativas à nova Estrutura de Comandos;
4. Assegurar uma participação ativa em operações de paz e de segurança internacional no âmbito das Nações Unidas e da NATO e em missões civis e militares no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa da UE;
5. Continuar a assegurar uma participação ativa na UNESCO, no Conselho da Europa e na Organização para a Segurança e Cooperação Europeia, bem como nos vários fóruns multilaterais que abordam a temática do Desenvolvimento Sustentável, em particular no que concerne aos assuntos relacionados com os Oceanos;
6. Prosseguir os esforços no sentido promover a participação e a presença de cidadãos nacionais em instituições e organismos internacionais.



No plano das relações bilaterais, assinalam-se as seguintes áreas de intervenção:

1. Acompanhamento das relações com países europeus, tendo, designadamente, em conta a importância do relacionamento económico e cultural, bem como a forte presença de comunidades portuguesas nesses países;
2. Manutenção da relação privilegiada com os EUA, no quadro da Comissão Permanente e de diversas áreas de cooperação, incluindo a cooperação específica com a Região Autónoma dos Açores;
3. Prossecução do estreitamento do relacionamento privilegiado com os países africanos, com especial enfoque na África Ocidental, Golfo da Guiné e África Austral.
4. Desenvolvimento das relações históricas de Portugal com a América Latina, com destaque para o aprofundamento do vasto relacionamento bilateral com o Brasil, para o reforço das relações políticas e económicas com outros países da região e diversificação das parcerias no espaço ibero-americano;
5. Aprofundamento da relação bilateral com os países da região do Magrebe nas suas múltiplas vertentes e, designadamente, ao nível das Cimeiras bilaterais já instituídas;
6. Manutenção da prioridade no fortalecimento e diversificação do relacionamento com os países do Médio Oriente, nomeadamente do Golfo Pérsico;
7. Empenho no reforço do relacionamento com a Ásia e a Oceânia, através da realização de visitas bilaterais e de consultas políticas, bem como da negociação de instrumentos jurídicos bilaterais.

O relacionamento especial existente com os países africanos de língua portuguesa e a participação de Portugal na CPLP constituem alicerces da política externa portuguesa.

Neste âmbito, Portugal participará nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, dando continuidade à prossecução dos objetivos prioritários, em particular a promoção e difusão da Língua Portuguesa, a intensificação da concertação político-diplomática e o reforço da cooperação sectorial.

Em paralelo, serão desenvolvidas ações visando o reforço e valorização do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, potenciando a política de Cooperação para o Desenvolvimento e a promoção da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.



Na área particular da Cooperação para o Desenvolvimento, serão prosseguidas as seguintes linhas de orientação:

1. Elaborar um novo conceito estratégico da Cooperação Portuguesa, que se adapte às novas realidades e desafios na área do Desenvolvimento;
2. Reforçar os instrumentos de coordenação nacionais entre o Estado, a Administração Local, a sociedade civil e o setor privado, potenciando o desenvolvimento de projetos em parceria;
3. Melhorar a coordenação e eficácia da ajuda externa ao desenvolvimento, projetando a cooperação para o desenvolvimento como uma política nacional e um dos vetores da ação externa do Estado, nomeadamente na sua relação com os PALOP e Timor-Leste;
4. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa, privilegiando uma maior concentração geográfica e sectorial, que deve incluir o desenvolvimento empresarial e um maior envolvimento das Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento;
5. Apostar na diversificação e complementaridade das parcerias, incluindo as da cooperação triangular, e em novas fontes de financiamento, visando não apenas a alavancagem de fundos, mas também a partilha de capacidades e recursos;
6. Aprofundar a participação portuguesa nos processos de definição da nova agenda para o desenvolvimento para o período pós-2015;

II.1.2 Diplomacia Económica

No atual contexto, em que a diplomacia económica se assume como um eixo estruturante da política externa, é necessário manter a aposta no aumento e promoção das exportações e na captação de investimento estrangeiro.

Neste sentido, importa:

1. Prosseguir e aperfeiçoar a estratégia de elaboração anual de planos estratégicos de diplomacia económica para cada mercado, que se têm revelado importantes instrumentos de promoção e divulgação de marcas e produtos portugueses e de captação de investimento estrangeiro.
2. Promover a formação de diplomatas em matérias económicas/empresariais, aprofundando a colaboração entre a AICEP e o Instituto Diplomático;



3. Promover a alocação de recursos para os países com maior potencial de incremento das exportações e de captação de investimento direto estrangeiro, tendo em conta os critérios de estabilidade nas representações externas de Portugal e as dinâmicas da economia global;
4. Manter a aposta na diversificação de mercados, no alargamento da base exportadora e na atração de investimento estruturante;
5. Contribuir para a identificação de mercados prioritários na perspetiva da realização de missões empresariais e promover a associação entre deslocações oficiais e iniciativas de cariz empresarial;
6. Apostar na "Marca Portugal", contribuindo para uma efetiva promoção da proposta de valor do país e das empresas;
7. Dar continuidade à co-localização das redes comercial e turística na rede diplomática e consular;
8. Divulgar o regime especial de concessão e renovação de autorização de residência a estrangeiros para atividade de investimento em Portugal.

II.1.3 Lusofonia e as Comunidades Portuguesas

Tendo em conta o objetivo estratégico de garantir uma maior aproximação aos portugueses que se encontram no estrangeiro, o Governo irá:

1. Promover a língua e a cultura portuguesas como instrumento estratégico da política externa, no quadro da afirmação da imagem de Portugal no Mundo;
2. Prosseguir a introdução de novos fatores de qualidade no Ensino Português no Estrangeiro, através da certificação das aprendizagens e do Plano de Incentivo à Leitura que se encontram em curso;
3. Continuar a modernização e uma maior capacidade de resposta dos serviços consulares, apostando de forma mais significativa nas novas permanências consulares e na interação com instituições associativas e particulares;
4. Incentivar o desenvolvimento de redes de personalidades de origem portuguesa no estrangeiro, de forma a contribuir para o aumento da influência local das nossas Comunidades;
5. Dinamizar a ação cultural externa, em articulação com organismos nacionais e internacionais, com vista à participação crescente de criadores portugueses em plataformas internacionais;



6. Apoiar os portugueses em situação social de grande vulnerabilidade ou carência, reforçando a participação e responsabilização das instituições de solidariedade social existentes nos países de acolhimento;
7. Promover a revisão da legislação que regula o funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas e dos conselhos consultivos das áreas consulares, de forma a melhorar a articulação entre os organismos oficiais portugueses e as nossas mais diversas Comunidades;
8. Incentivar a participação cívica e política das Comunidades Portuguesas na vida pública nacional e nos países de acolhimento;
9. Desenvolver, articuladamente com outros organismos governamentais, novos mecanismos de relacionamento e apoio aos empresários da nossa Diáspora;
10. Apostar no potencial estratégico dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante existentes em variadíssimos municípios, numa lógica de interação com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

II.2 Reorganização do Ministério – Balanço de 2013

Tendo presente os eixos prioritários de intervenção acima referidos e a orientação geral de contenção de despesa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros empreendeu, em 2013, um conjunto alargado de medidas de reorganização interna e da rede externa:

1. Implementação, em simultâneo com o Ministério das Finanças, de um novo modelo organizacional, com reforço da concentração na Secretaria-Geral da gestão de recursos financeiros, patrimoniais e humanos do MNE.
2. Prossequindo a estratégia de redimensionamento da rede diplomática e consular, iniciada em 2012, foi temporariamente desativada, em 2013, a Embaixada em Liubliana e iniciado um novo modelo de representação, consubstanciado na co-localização de antenas diplomáticas (Astana, Panamá e Vilnius).
3. No âmbito da racionalização do património afeto ao MNE, foram concluídos os processos de venda dos imóveis da residência da Embaixada em Bruxelas, das antigas instalações da chancelaria da Embaixada em Washington e da residência do Consulado-Geral em Nova Iorque, cuja receita para o Estado totalizou 15,4 M€;



4. Concretização, no final de 2012, da amortização antecipada dos empréstimos relativos à aquisição da chancelaria da Embaixada em Washington e do Consulado Geral em Paris.

Esta operação, com impacto no orçamento de 2013 e seguintes, permitiu desonerar o orçamento de investimento da Secretaria-Geral, financiado através de verbas do Orçamento de Estado, em cerca de 1,5 M€ por ano até 2017/2018.

5. Continuação do processo de co-localização na rede diplomática e consular das redes externas nas áreas comercial, do turismo e cultural, potenciando sinergias estratégicas e promovendo a racionalização de recursos.
6. Manutenção, em sede de Orçamento do Estado, da redução dos abonos de representação do pessoal diplomático.
7. Publicação e entrada em vigor do novo regime jurídico do pessoal dos serviços externos do MNE.
8. No domínio consular, foi dada prioridade à consolidação da experiência das novas permanências consulares com recurso a equipamentos móveis, alargando a cobertura geográfica do atendimento consular e permitindo uma maior proximidade com as comunidades.
9. Aplicação do novo Regime Jurídico para o Ensino de Português no Estrangeiro, que prevê a adoção de um significativo conjunto de medidas promotoras de qualidade e exigência.
10. Criação, articuladamente com a AICEP, do Gabinete do Investidor da Diáspora, que irá apoiar os empresários portugueses que se encontram fixados fora do território nacional.
11. Atribuição dos prémios "Mais Diplomacia Económica" aos mercados que mais se destacaram em matéria de diplomacia económica.

12. Racionalização de recursos em matéria de formação, possibilitando que toda a formação de recursos humanos seja coordenada pela Centro de Formação do Instituto Diplomático, criando sinergias, evitando duplicações e garantindo poupanças.

A aposta na qualidade permitiu que, em 2013, o Centro tenha obtido a certificação "como entidade formadora" (ISO 9001).

13. No âmbito da modernização dos sistemas de informação do MNE, conclusão da reestruturação e reorganização física dos serviços de cifra e informática.

Neste domínio, destaca-se, em 2013, o desenvolvimento do Portal Diplomático e a operacionalização i) de estações móveis de parâmetros biométricos utilizadas nas permanências consulares; ii) da rede *wireless* no MNE; iii) do projeto UE de vistos Schengen com parâmetros biométricos em 41 postos consulares.



14. Avaliação de arquivo intermédio do MNE e do Arquivo Histórico Diplomático. Prosseguiu-se, também, a organização do arquivo histórico do MNE (elaboração do Guia de Fundos) e a mudança de suporte dos inventários em papel para um sistema informático de gestão de arquivo.
15. Implementação de um conjunto de medidas no domínio da gestão da frota automóvel do MNE, destacando-se a reafecção de viaturas entre serviços internos e externos.

II.3 Medidas para 2014

Em 2014, o Ministério dos Negócios Estrangeiros promoverá um conjunto de novas iniciativas e dará continuidade à implementação de algumas das medidas iniciadas em 2012 e 2013, cujo impacto se repercutirá ainda no próximo ano:

1. Contribuir para o esforço global de redução das despesas com pessoal, por via da implementação de medidas transversais à Administração Pública (Programa de Rescisões por Mútuo Acordo, sistema de requalificação e redução das horas extraordinárias);
2. Dar continuidade ao processo de racionalização do património do MNE no exterior, por via da alienação de imóveis e renegociação dos contratos de arrendamento;
3. Prosseguir o redimensionamento da rede diplomática e consular, adaptando-a a novas realidades e aos recursos financeiros e humanos disponíveis;
4. Rever o Estatuto da Carreira Diplomática, contribuindo para a dignificação da carreira especial dos diplomatas e aumentando o nível de exigência;
5. Manter a redução, em sede de Orçamento do Estado, dos abonos de representação dos diplomatas e proceder à revisão do regime de abonos;
6. Prosseguir os processos de co-localização da rede diplomática e consular e da rede externa da AICEP;
7. Contribuir para a identificação contínua de mercados prioritários para ações de divulgação e promoção do regime especial de concessão e renovação de autorização de residência a estrangeiros para atividade de investimento em Portugal;
8. Prosseguir a implementação e consolidação dos Planos de Negócios em matéria de diplomacia económica definidos para cada serviço



- externo, contribuindo para um maior e mais correto enquadramento das ações de diplomacia económica;
9. Manter a atribuição dos prémios “Mais Diplomacia Económica” aos mercados que mais se evidenciem nesta área;
 10. Reduzir consumos intermédios, prosseguindo o esforço já iniciado em áreas como a mala diplomática e a renegociação de contratos de prestação de serviços, bem como dos orçamentos de funcionamento dos serviços periféricos externos;
 11. Concluir a reorganização do espaço e acervo documental da Biblioteca, incluindo a disponibilização em linha da biblioteca pessoal de Franco Nogueira, a avaliação do Fundo Antigo e a integração do Fundo Comissão Nacional da UNESCO;
 12. Dar continuidade ao esforço de modernização dos sistemas de informação do MNE, designadamente, por via do desenvolvimento de um sistema de contabilidade para os serviços externos, da substituição do atual Sistema de Gestão Consular, da cobertura do Portal Diplomático a um maior número de missões diplomáticas;
 13. Prosseguir a reforma do ensino do Português no estrangeiro em articulação com o Ministério da Educação e Ciência, diversificando e alargando os objetivos da rede e melhorando os mecanismos de certificação da aprendizagem, da formação de professores, de combate ao insucesso escolar e de incentivo à leitura;
 14. Rever a legislação do Conselho das Comunidades Portuguesas e dos Conselhos Consultivos das áreas consulares;
 15. Criar uma nova base de dados informática das Comunidades Portuguesas, a começar pelos níveis empresarial, político e associativo, que será disponibilizada ao público mais interessado na sua utilização;
 16. Desenvolver e diversificar as Permanências Consulares, aumentando a sua periodicidade e as áreas de cobertura das comunidades servidas;
 17. Reforçar e valorizar o papel do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua IP, enquanto entidade nacional responsável pela direção, coordenação e supervisão da política de cooperação;
 18. Apresentar o Novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa;
 19. Implementar a nova geração de programas Indicativos de Cooperação com Angola e Timor-Leste;
 20. Operacionalizar o Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP) em Moçambique;



Ministério dos Negócios Estrangeiros

Secretaria Geral

Departamento Geral de Administração

PORTUGAL

21. Promover um programa na área da Telemedicina nos países parceiros da Cooperação Portuguesa;
22. Concretizar a reestruturação do Instituto de Investigação Científica Tropical, concentrando as suas competências basilares, racionalizando e valorizando a capacidade de investigação científica, simplificando a estrutura e aumentando as receitas geradas pelo seu próprio funcionamento.



III DESPESA CONSOLIDADA

O total da despesa consolidada do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o ano de 2014 ascende a 317,5 M€ (linha 10 do Quadro III.1).

O decréscimo de 11,2% da despesa consolidada do MNE¹ em 2014 resulta fundamentalmente de medidas transversais com impacto em despesas com pessoal, da implementação de medidas setoriais e da redução dos consumos intermédios.

O total da despesa de funcionamento e investimento corresponde a 203 M€ (linha 4 do Quadro III.1) e decresceu 16,3% em 2014 face a 2013 e 15,4% face a 2012, representando uma poupança total de 36,9 M€ entre 2012 e 2014.

Quadro III.1 – Despesa total consolidada

	A	B	C	D	E
	Execução 2012	Orçamento Retificativo 2013	Orçamento 2014	Variação % 2014/2013	Variação % 2014/2012
1 MNE ⁽¹⁾	176,7	175,8	151,7	-13,7%	-14,2%
2 Camões ⁽²⁾	56,6	59,8	47,8	-20,1%	-15,5%
3 IICT ⁽³⁾	6,5	7,0	3,5	-50,6%	-46,8%
4 Subtotal Funcionamento + Investimento	239,8	242,6	203,0	-16,3%	-15,4%
5 Reposição subsídio Natal e Férias	0,0	17,1	12,3	-27,9%	100,0%
6 Organizações Internacionais (CQOI)	66,8	80,4	80,0	-0,5%	19,8%
7 Fundo para as Relações Internacionais	24,7	23,3	21,7	-6,6%	-12,0%
8 Reserva	0,0	0,0	5,1	100,0%	100,0%
9 Indemnizações - Programa Rescisões	0,0	0,0	2,2	100,0%	100,0%
10 Total consolidado MNE⁽⁴⁾	322,4	357,5	317,5	-11,2%	-1,5%

⁽¹⁾ Serviços internos e externos da administração direta do MNE

⁽²⁾ Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

⁽³⁾ Instituto de Investigação Científica Tropical

⁽⁴⁾ Os montantes considerados no quadro já se encontram abatidos das transferências entre organismos do MNE, nomeadamente as relativas a financiamento do Fundo para as Relações Internacionais

O decréscimo da despesa de funcionamento e investimento do MNE resulta do prosseguimento do esforço de racionalização da despesa, com especial incidência da redução das despesas de pessoal e de funcionamento dos serviços internos e externos do MNE, na despesa com a rede de Ensino de Português no Estrangeiro e com a Cooperação.

¹ O Relatório do Orçamento refere uma redução da despesa consolidada de 9%. A diferença face à variação de 11,2% constante do Quadro III.1 resulta da estimativa para 2013 constante do Relatório (349 M€) corresponder ao Orçamento Retificativo de 2013 (357,5 M€) abatido de:

- Cativos, no valor de 6,2M€;
- Poupança estimada até final do ano no montante de 2,3 M€.



Em 2014, verifica-se um decréscimo de 6,6% na verba orçamentada do Fundo para as Relações Internacionais (linha 7 do quadro III.1), refletindo o impacto de medidas de redução de despesa financiada por receitas próprias.

De notar, ainda, o reforço de 2,2 M€ (linha 9 do quadro III.1) do orçamento do MNE com vista ao financiamento de indemnizações no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo.

Os encargos com contribuições e quotizações para organizações internacionais (linha 6) registam, em 2014, uma redução de 0,5 %, após um crescimento de 19,8% face a 2012. Este decréscimo incorpora já uma redução em 2013 dos encargos com contribuições voluntárias do MNE, de 1 M€. A variação registada em 2014 corresponde a um esforço realizado no sentido de esta área de despesa contribuir para a estratégia de consolidação orçamental em curso.

O quadro III.2 apresenta a distribuição das contribuições e quotas para Organizações Internacionais pagas por Portugal, verificando-se que as Nações Unidas e a NATO, no seu conjunto, representam 87% desta despesa.

Quadro III.2 – Contribuições e quotizações para organizações internacionais² – Peso relativo

	Organizações Internacionais	Peso Relativo (Encargos 2014)
1	ONU (incluindo Operações de Paz)	65,2%
2	NATO	22,0%
3	Conselho da Europa	4,5%
4	OCDE	3,0%
5	OSCE	1,5%
6	Outros	1,4%
7	União Europeia	1,3%
8	CPLP	0,9%
9	Voluntárias	0,2%
10	UEO	0,1%
11	Total	100,0%

² As contribuições para a União Europeia referem-se ao Instituto Universitário de Florença, ao Colégio da Europa, ao Centro de Satélites e às Operações no âmbito da PESC. Nos "Outros", incluem-se, por exemplo, o Conselho Internacional para a Exploração do Mar, a Organização Internacional para as Migrações e a Secretaria-Geral Ibero-americana.



IV ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO E DE INVESTIMENTO

O montante total do orçamento de funcionamento e de investimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros para 2014 é de 203 M€ (linha 5 do Quadro IV.1), dos quais 186,1 M€ provêm do Orçamento do Estado e 16,9 M€ de receitas do Estado consignadas aos serviços do MNE.

Quadro IV.1 – Orçamento de funcionamento e investimento

	A	B	C	D	E
	Orçamento Retificativo 2013	Estrutura (%)	Orçamento 2014	Estrutura (%)	Variação 2013/2014 (%)
1 Ação Governativa	3,8	1,6%	3,2	1,6%	-15,1%
2 Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento MNE	163,3	67,3%	147,6	72,7%	-9,6%
3 Cooperação, Língua e Relações Externas	66,8	27,5%	51,3	25,3%	-23,3%
4 Projetos	8,7	3,6%	0,9	0,4%	-89,7%
5 Subtotal Funcionamento e Investimento	242,6	100,0%	203,0	100,0%	-16,3%
6 Reposição subsídio Natal e Férias	17,1		12,3		-27,9%
7 Fundo para as Relações Internacionais	23,3		21,7		-6,6%
8 Reserva			5,1		
9 Indemnizações - Programa de Rescisões			2,2		
10 Total Consolidado	277,1		237,5		-14,3%

(não inclui Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais)

O orçamento de funcionamento e de investimento do MNE regista um decréscimo de 16,3% face a 2013 (linha 5 do Quadro IV.1), para o qual concorreu o decréscimo das dotações destinadas ao financiamento dos serviços internos e externos do MNE, da atividade de cooperação e língua e de projetos de investimento.

A Gestão Administrativa e Financeira do Orçamento do MNE, que agrega os encargos com os serviços centrais do MNE e os serviços periféricos externos, mantém o maior peso relativo no conjunto da despesa de funcionamento e de investimento do Ministério, representando em 2014 72,7% desta despesa.

De referir ainda que o decréscimo de 7,8 M€ registado nos projetos de investimento do MNE (linha 4 do Quadro IV.1) deve-se essencialmente ao facto de, em 2013, o orçamento contemplar receita proveniente da venda imóveis e saldos transitados de 2012.



De notar que, em 2014, os projetos de investimento do MNE serão exclusivamente financiados através de receitas próprias.

O orçamento para 2014, para além das medidas transversais de redução de despesa com impacto em despesas com pessoal e na redução de efetivos, contempla medidas setoriais de redução de despesa – parte destas com impacto em despesas com pessoal –, algumas das quais iniciadas em 2013 e que irão ser prosseguidas em 2014.

De destacar as seguintes medidas:

1. Redimensionamento da rede diplomática e consular.
2. Manutenção da redução dos abonos de representação dos diplomatas e revisão do regime de abonos.
3. Reestruturação da rede do ensino do Português no estrangeiro.
4. Reestruturação da Política de Cooperação.
5. Reestruturação do Instituto de Investigação Científica Tropical.
6. O MNE irá prosseguir o esforço já iniciado em anos anteriores de redução dos consumos intermédios, em áreas como a mala diplomática, missões de serviço público e a renegociação de contratos de prestação de serviços, bem como na redução dos orçamentos de funcionamento dos serviços externos.
7. Racionalização de recursos, designadamente, ao nível da rede informática e das instalações.
8. Racionalizar o património do MNE no exterior por via da renegociação dos contratos de arrendamento e da venda de património imobiliário, bem como do estudo de possíveis alternativas para a rentabilização do património português afeto aos postos.

Em 2014, a poupança estimada com a redução de efetivos do MNE, cujo impacto será refletido parcialmente nas medidas acima mencionadas, resultará fundamentalmente do fluxo previsto de entradas e saídas de efetivos que englobará o seguinte:

- Saídas decorrentes do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo.
- Colocação de trabalhadores em situação de requalificação;
- Aposentações previstas para 2014 que não serão objeto de substituição;

Estas medidas implicarão uma redução adicional dos efetivos do MNE em 2014 de, pelo menos, 7%.



V DESPESAS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sob a perspetiva da natureza da despesa, a situação do orçamento do MNE encontra-se sistematizada no quadro seguinte:

Quadro V.1 – Despesa por classificação económica

	A	B	C	D	E	F
	Orçamento 2014			Estrutura	Orçamento	Estrutura
	Estado	SFA	Total Consolidado	2014	Retificativo 2013	2013
1 Encargos com pessoal	117,3	33,4	150,8	48,6%	175,5	49,1%
2 Aquisição de bens e serviços	29,1	10,1	39,2	12,6%	43,9	12,3%
3 Outras Despesas	14,5	32,5	40,2	13,0%	57,7	16,2%
4 Transferências correntes	0,4	27,0	21,4	6,9%	24,8	6,9%
5 Despesas correntes	13,2	2,6	15,9	5,1%	18,4	5,2%
6 Aquisição de bens de capital	0,9	2,0	2,9	0,9%	13,2	3,7%
7 Transferências de capital	0,0	0,9	0,0	0,0%	1,2	0,3%
8 Outras	0,0	0,1	0,1	0,0%	0,0	0,0%
9 Total Consolidado s/CQOI, s/Reserva e s/Indemnizações	161,0	76,1	230,2	74,2%	277,1	77,5%
10 CQOI	80,0		80,0	25,8%	80,4	22,5%
11 Total Consolidado s/Reserva e s/Indemnizações	241,0	76,1	310,2	100,0%	357,5	100,0%
12 Reserva			5,1			
13 Indemnizações - Programa Rescisões			2,2			
14 Total Consolidado			317,5		357,5	

Obs.: CQOI - Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais

As despesas com pessoal mantêm-se como o agrupamento com maior peso no orçamento do MNE, reduzindo o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, de 49,1% em 2013 para 48,6% em 2014 (linha 1 do Quadro V.1). Esta redução reflete um decréscimo de 14,1% nas despesas com pessoal, correspondente a 24,7 M€.

As outras despesas reduzem o seu peso relativo no total da despesa consolidada do MNE, de 28,5% em 2013 para 25,6% em 2013.

A dotação específica destinada a contribuições e quotizações para organizações internacionais vê o seu peso relativo no total da despesa do MNE aumentar de 22,5% em 2013 para 25,8% em 2014.



V.1 Despesas Intermédias

A despesa orçamentada em 2014 em aquisição de bens e serviços traduz o impacto das medidas de redução de despesa aplicadas em 2013 e a implementar em 2014, nomeadamente no que respeita aos consumos intermédios.

A redução da despesa com consumos intermédios, no montante aproximado de 5,8 M€, incide fundamentalmente nas seguintes áreas de despesa:

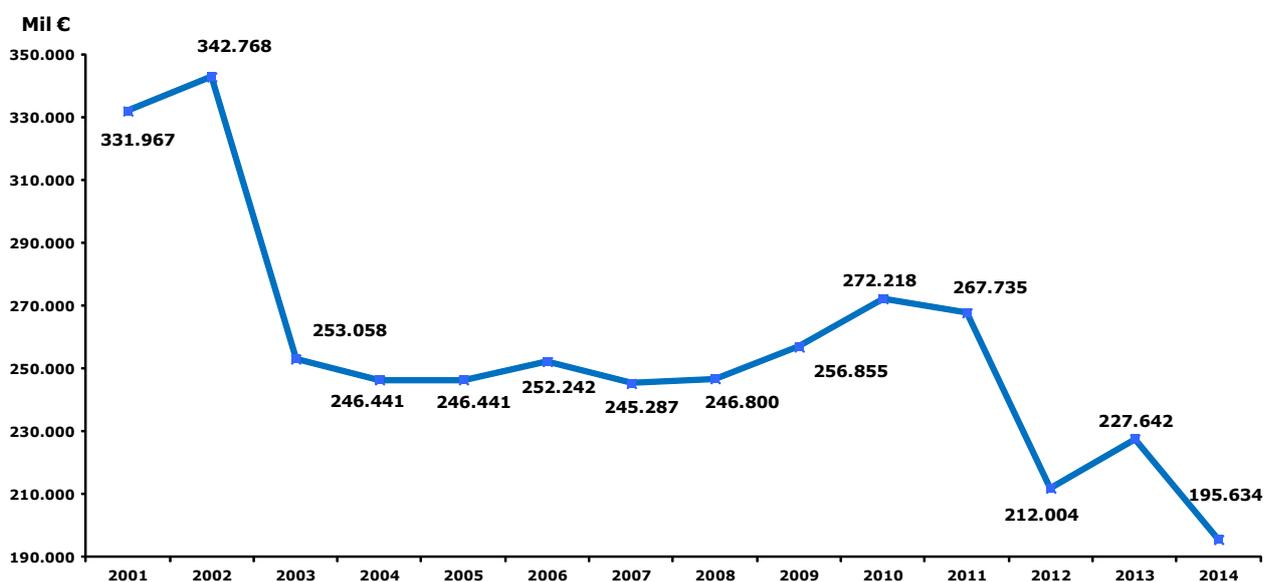
- Custos com a mala diplomática;
- Redução de despesa com comunicações;
- Redução dos encargos com instalações, nomeadamente rendas dos serviços externos;
- Redução dos encargos com o orçamento de funcionamento dos serviços externos.



VI EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DO MNE

O gráfico abaixo apresentado mostra a evolução das despesas do MNE (incluindo apenas as receitas gerais do Estado) no período de 2001 a 2014.

Gráfico VI.1 – Evolução Orçamento de Funcionamento do MNE



(1) Orçamento de funcionamento do MNE sem Presidência da União Europeia, Fundo para as Relações Internacionais, Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais e Instituto de Investigação Científica Tropical

(2) 2013 - Orçamento Retificativo

(3) 2014 - Orçamento inicial, excluindo Reserva e Indemnizações relativas ao programa de rescisões

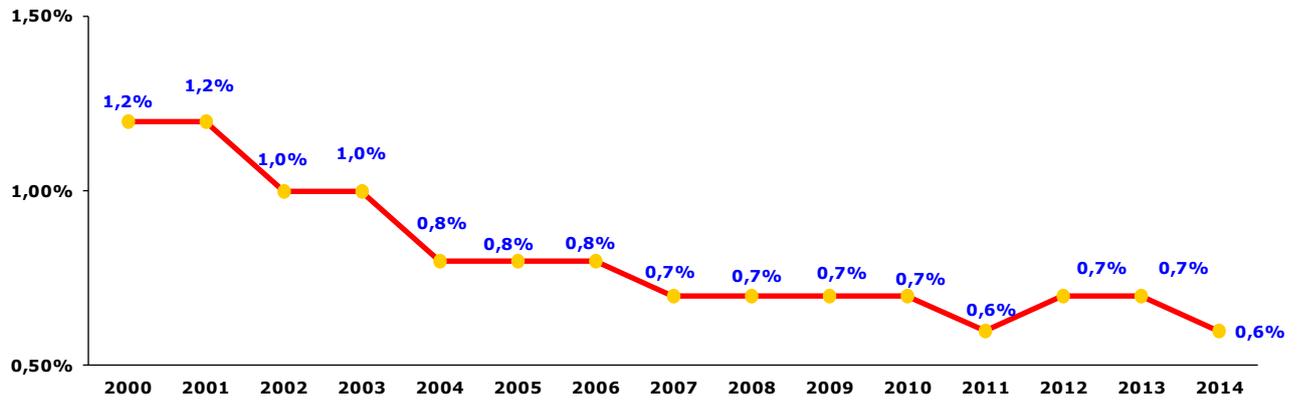
O crescimento registado entre 2009 e 2010 deve-se ao facto de, a partir de 2010, as atribuições relativas à rede de ensino do Português no estrangeiro terem sido transferidas do Ministério da Educação para o Instituto Camões, com o conseqüente reflexo no orçamento deste Instituto.

O acréscimo de 15,6 M€ entre 2012 e 2013 resulta fundamentalmente da reposição do subsídio de férias e de Natal, no valor de 17,1 M€.

Em 2014, o MNE regista uma quebra acentuada do seu orçamento de Funcionamento, no valor de 32 M€, em resultado da acomodação do impacto das medidas de redução de despesa que terão de ser implementadas.



Gráfico VI.2 – Peso relativo do MNE no total do OE





VII REDE EXTERNA

No estrangeiro as atribuições do Ministério são prosseguidas pelas embaixadas, consulados gerais, consulados e vice-consulados, missões e representações permanentes e escritórios consulares. O número atual de serviços na rede externa é de 132, com a seguinte distribuição por tipo de posto diplomático:

Quadro VII.1 – Serviços da rede externa por tipo de posto diplomático



	2012	2013
Embaixadas	74 (1)	73 (1)
Consulados Gerais	37	37
Consulados	2	2
Vice Consulados	8	8
Missões e Representações Permanentes	8	8
Escritórios consulares	4	4
Total Serviços Externos	133	132

(1) - Inclui Escritório Representação em Ramallah

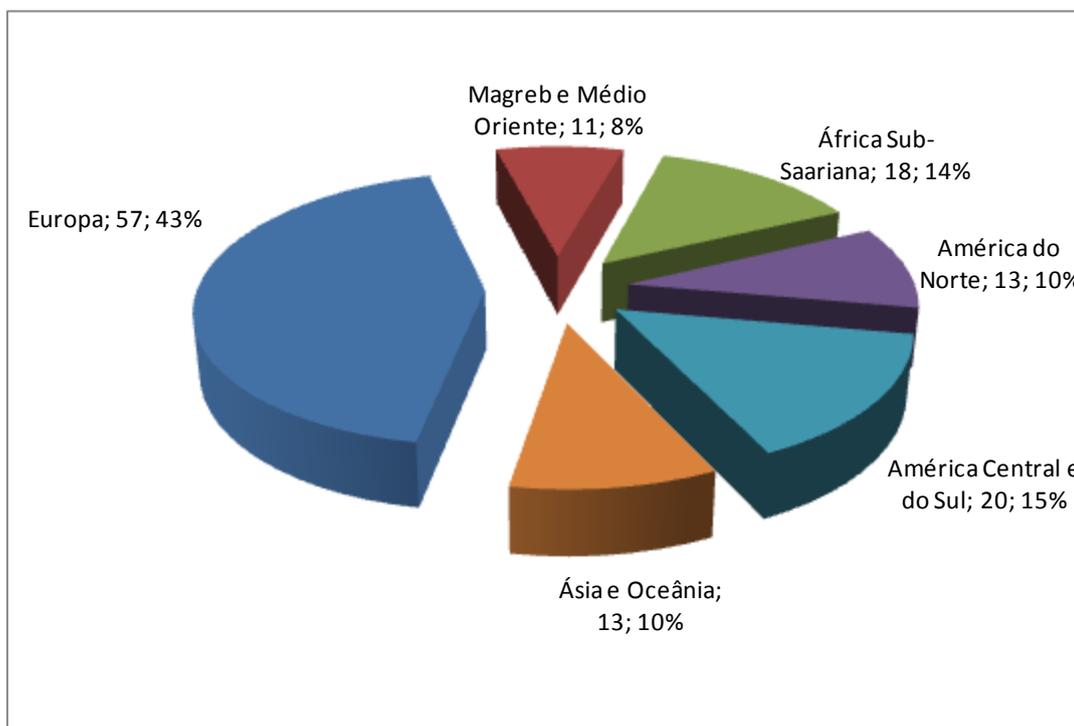
A diferença no número de postos diplomáticos entre 2012 e 2013 reflete a desativação temporária da Embaixada em Liubliana.

De referir que está em curso a reativação da secção consular em Islamabad e que foram abertas antenas diplomáticas em Astana, Panamá e Vilnius.

A distribuição geográfica dos serviços da rede externa, constante do gráfico VII.1 e do quadro VII.2 infra, mostra que em termos relativos os postos diplomáticos se encontram mais concentrados no continente europeu e americano.



Gráfico VII.1 – Distribuição geográfica dos postos diplomáticos



Quadro VII.2 – Localização dos postos diplomáticos

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total
Embaixadas	30	11	12	2	9	9	73
Consulados gerais	15	-	6	7	5	4	37
Consulados	-	-	-	1	1	-	2
Vice Consulados	2	-	-	1	5	-	8
Missões e Representações	7	-	-	1	-	-	8
Escritórios consulares	3			1			
Total	57	11	18	13	20	13	132



VIII RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de dezembro de 2013, serão constituídos por um total estimado de 3.475 efetivos (incluindo Agentes da Cooperação e pessoal dos Centros Culturais e excluindo o IICT), o que representa um decréscimo de 7% em relação a 2012.

Quadro VIII.1 –Variação de efetivos 2012/2013 e distribuição por agrupamento profissional

Unid: Efetivos

	2012	2013	Varição 2012/2013
1 Diplomatas	405	439	34
2 Pessoal Especializado	70	58	-12
3 Pessoal Técnico	471	422	-49
4 Assistente Técnico	367	322	-45
5 Assistente Operacional	97	80	-17
6 Pessoal Local (Serviços Externos)	1.602	1.499	-103
7 Leitores e Docentes	54	52	-2
8 Professores e Coordenadores	420	371	-49
9 Subtotal Efetivos MNE	3.486	3.243	-243
10 Pessoal Centros Culturais	65	60	-5
11 Agentes Cooperação	178	172	-6
12 Total	3.729	3.475	-254

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (153 em 2013)

Do quadro acima verifica-se que:

O número total de efetivos entre o ano 2012 e 2013 teve um decréscimo de 254 efetivos, tendo passado de um total de 3.729 para 3.475 efetivos. Esta variação, que mantém a tendência de decréscimo de efetivos registada nos últimos anos resulta essencialmente de:

- Redimensionamento da rede diplomática e consular, com decréscimo no pessoal especializado e no pessoal local;
- Reestruturação da Rede de Ensino de Português no Estrangeiro, o que resultou num decréscimo no nº de professores e coordenadores;



- Redução do nº de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, decorrente de aposentações que não foram objeto de substituição;
- Aumento do nº de diplomatas, decorrente do ingresso de 20 adidos de embaixada.

Da análise da distribuição dos efetivos por serviço, constante do quadro infra, conclui-se que os serviços que mais contribuíram para a diminuição de efetivos foram os serviços externos do MNE e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.. Por outro lado, é ainda de assinalar o decréscimo do nº de efetivos dos gabinetes ministeriais.

Quadro VIII.2 –Variação de efetivos 2012/2013 e distribuição por organismos do Ministério

Unid: Efetivos

	2012	2013	Varição 2012 / 2013
1 GABINETES	70	57	-13
2 MNE - Serviços internos	1.117	1.082	-35
3 Secretaria Geral	760	763	3
4 DGAE	134	121	-13
5 DGPE	116	108	-8
6 IGDC	18	15	-3
7 DGACCP	89	75	-14
8 MNE - Serviços externos	1.602	1.499	-103
9 MNE - Serviços e fundos autónomos	940	837	-103
10 Camões	940	837	-103
11 Total	3.729	3.475	-254

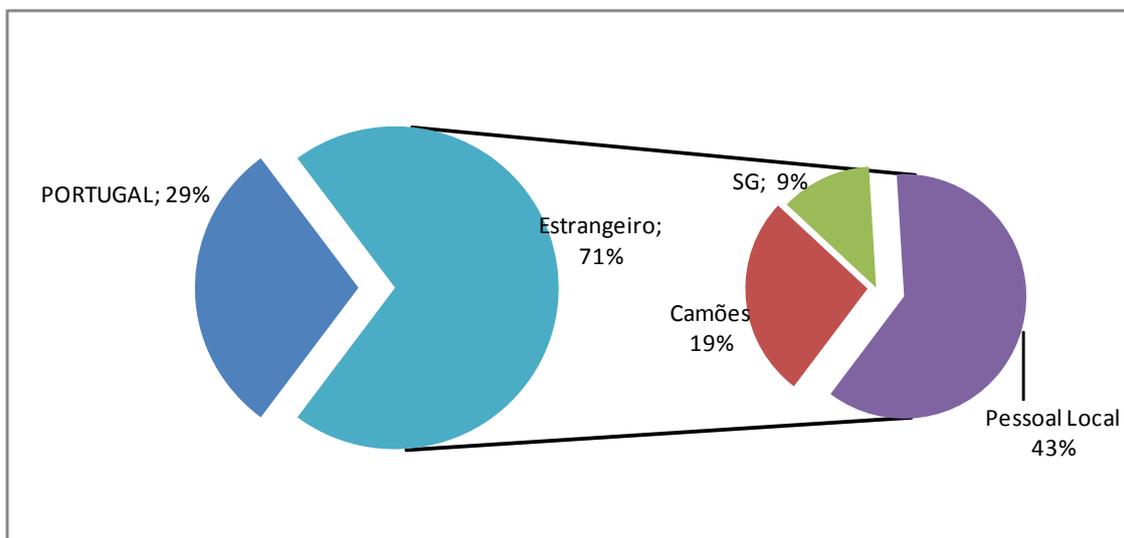
Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (153 em 2013)

A distribuição geográfica dos recursos humanos do Ministério entre Portugal e o estrangeiro, constante do gráfico infra, mostra que 71% dos efetivos se encontram em funções nos serviços periféricos externos.

No quadro VIII.3 apresenta-se a caracterização destes efetivos por agrupamento profissional.



Gráfico VIII.1 – Localização de efetivos em 2013 e distribuição no estrangeiro por organismo



Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (153)

Quadro VIII.3 – Localização de efetivos em 2013 e distribuição por agrupamento profissional

Unid: Efetivos

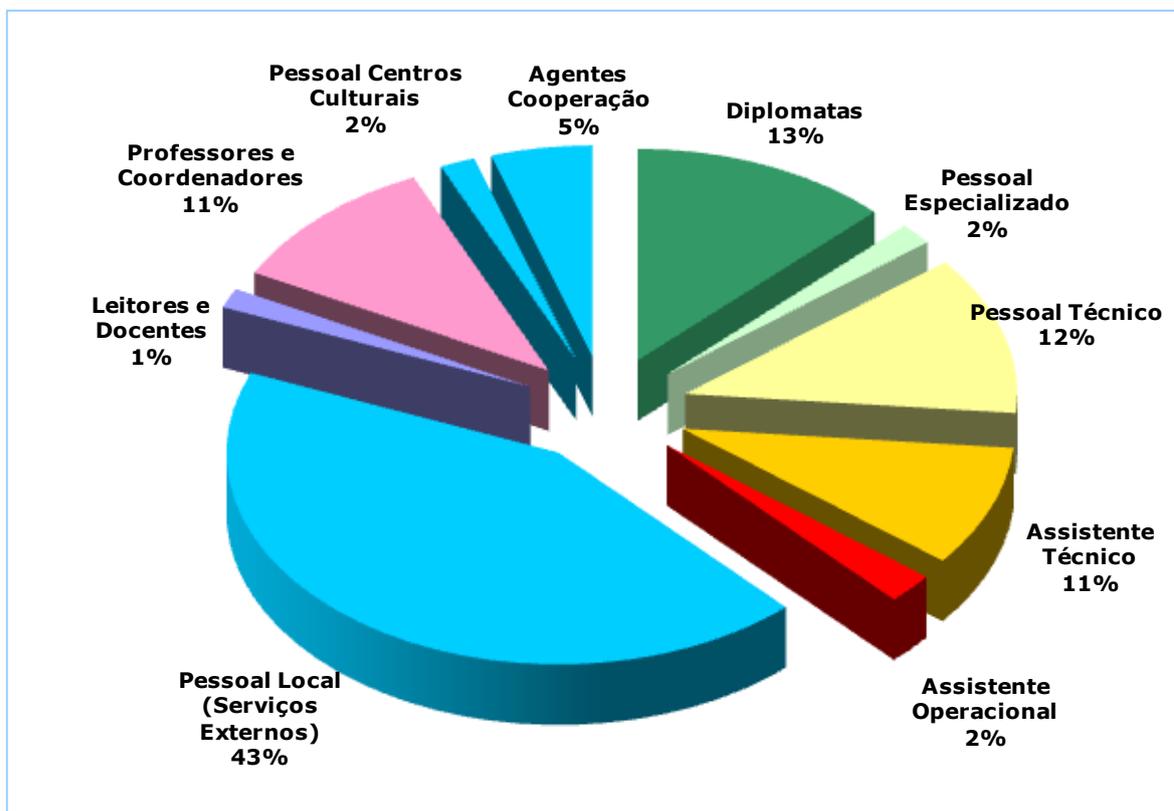
	2013		Total
	Portugal	Estrangeiro	
1 Diplomatas	202	237	439
2 Pessoal Especializado	0	58	58
3 Pessoal Técnico	422	0	422
4 Assistente Técnico	322	0	322
5 Assistente Operacional	80	0	80
6 Pessoal Local (Serviços Externos)	0	1.499	1.499
7 Leitores e Docentes	0	52	52
8 Professores e Coordenadores	0	371	371
9 Subtotal Efetivos MNE	1.026	2.217	3.243
10 Pessoal Centros Culturais	0	60	60
11 Agentes Cooperação	0	172	172
12 Total	1.026	2.449	3.475

Obs.: Não inclui os efetivos do Instituto de Investigação Científica Tropical (153)

Da distribuição dos efetivos em 2013 por agrupamento profissional verifica-se que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem uma taxa de tecnicidade bastante significativa.



Gráfico VIII.2 – Efetivos em 2013 – peso relativo por agrupamento profissional



Conforme gráfico infra, em 2013 registou-se uma diminuição de 254 efetivos face a 2012, retomando-se desta forma a tendência de redução dos últimos anos que, relembra-se, foi descontinuada em 2010 pela inclusão dos professores e coordenadores do ensino de Português no Estrangeiro nos efetivos do Instituto Camões e pela integração e regularização de situações relativas ao pessoal local.

Para esta redução contribuiu fundamentalmente a implementação de medidas de redução de despesa, nomeadamente o redimensionamento da rede diplomática e consular, a reestruturação do Ensino de Português no Estrangeiro e a saída de efetivos para a situação de aposentação.



Gráfico VIII.3 – Efetivos de 2005 a 2013 – Evolução por agrupamento profissional

